



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA INSTALAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE REDE LÓGICA ESTRUTURADA E DE TELEFONIA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES APRESENTADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I DO EDITAL.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015
EDITAL

A **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ** com sede na Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3825, Bairro Ressacada, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Administração e Finanças, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL** do tipo **MENOR PREÇO, na forma POR ITEM**, destinado ao recebimento de propostas objetivando a **aquisição de equipamentos de informática e prestação de serviço especializado para instalação, reestruturação e expansão de rede lógica estruturada e de telefonia, conforme condições, quantitativos e especificações apresentadas no termo de referência – Anexo I deste edital**, em conformidade com as Leis nº 10.520, de 17/07/02; nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores; Lei Complementar nº 123/2006, de 14/12/2006 e Decreto Legislativo Municipal nº 693/2014.

RETIRADA DO EDITAL: A retirada do Edital de Pregão Presencial poderá ser efetuada no endereço eletrônico: www.cvi.sc.gov.br no link: [LICITAÇÕES](#).

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: [26/06/2015 às 14h.](#)

Os envelopes contendo os documentos de **PROPOSTA DE PREÇOS** e de **HABILITAÇÃO** serão recebidos pelo pregoeiro impreterivelmente na data e horário acima destacados, na Sala de Licitações da Câmara de Vereadores de Itajaí, localizada na Av. Ver. Abrahão João Francisco, 3825 – Bairro Ressacada, CEP 88.307-303, no município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Quantitativos e Valores de Referência

Anexo III – Modelo de Formulação da Proposta de Preços

Anexo IV – Modelo de Termo de Credenciamento

Anexo V – Modelo de Declaração de Atendimento às Condições de Habilitação

Anexo VI – Modelo de Declaração de Atendimento ao inc. XXXIII do art. 7º da CF/88

Anexo VII – Modelo de Declaração de Parentesco

Anexo VIII – Modelo de Atestado de Visita Técnica

Anexo IX – Modelo de declaração de conhecimento de local dos serviços

Anexo X - Minuta de Contrato



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto da presente licitação aquisição de equipamentos de informática e prestação de serviço especializado para instalação, reestruturação e expansão de rede lógica estruturada e de telefonia, conforme condições, quantitativos e especificações apresentadas no termo de referência – Anexo I deste edital e seus anexos.

2. DOS ENVELOPES

- 2.1. O envelope nº 1 - **PROPOSTA DE PREÇOS** e nº 2 – **HABILITAÇÃO** deverão ser entregues ao pregoeiro na data e hora marcadas no preâmbulo deste edital, na Câmara de Vereadores de Itajaí, situada na Av. Ver. Abrahão João Francisco, 3825 – Bairro Ressacada, CEP 88.307-303, no município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, até a data e horário previstos no preâmbulo deste Edital.
- 2.2. No anverso dos Envelopes nº 1 (PROPOSTA DE PREÇOS) e nº 2 (HABILITAÇÃO) deverão constar os seguintes dizeres.

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA / CNPJ

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA / CNPJ

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

- 2.3. Não será aceito, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatário, considerado aquele que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos.
- 2.4. A proposta de preços e os documentos de habilitação deverão ser apresentados em envelopes separados e fechados de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, sendo preferencialmente opacos e rubricados no fecho.
- 2.5. Não serão recebidos os envelopes após o horário previsto no preâmbulo deste edital, para tanto será considerado o horário oficial de Brasília/DF, podendo ser conferido no site: <http://www.horariodebrasil.org/>



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar da licitação, as empresas do ramo de atividade pertinente que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.
- 3.2. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus anexos e leis aplicáveis.
- 3.3. Somente terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas, os licitantes credenciados, o Pregoeiro, os membros da Equipe de Apoio e representantes dos órgãos fiscalizadores.
- 3.4. Não será admitida a participação de empresas:
 - 3.4.1. Cuja falência ou concordata tenha sido declarada, que se encontra em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
 - 3.4.2. Punidas por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta, em qualquer das suas esferas com suspensão ou impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública durante o prazo estabelecido para a penalidade. (STJ - REsp 151567 - RJ - 2ª T. - Rel. Min. Francisco Peçanha Martins - DJU 14.04.2003).
 - 3.4.3. Que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta, das esferas FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL.
 - 3.4.4. Cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Administração Pública Municipal direta ou indireta.
 - 3.4.5. Que incorram nas condições impeditivas previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.
 - 3.4.6. Que por si ou seus sócios sejam participantes do capital de outra empresa que esteja participando desta licitação, ou de empresas que tenham como responsável técnico ou integrante da equipe técnica pertencente à outra empresa que esteja participando desta licitação.
 - 3.4.7. Empresas em consórcio, e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre em si, quaisquer que sejam suas formas de constituição.
- 3.5. **É vedada a participação no presente certame de pessoa física ou jurídica que possua sócio/empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, dos membros desta Casa Legislativa, bem como dos chefes das suas unidades, incluídos todos os demais casos já previstos na Súmula n.º 13 do Supremo Tribunal Federal.**
 - 3.5.1. **A comprovação desta exigência se dará através de declaração, a ser apresentada no envelope de habilitação, conforme anexo VII.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



4. DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. No horário e local indicados no preâmbulo deste Edital será aberta a Sessão de processamento do Pregão Presencial, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 4.2. O credenciamento da empresa e de seu representante legal implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e pela presunção de capacidade plena para a realização das transações inerentes ao presente pregão.
- 4.3. Para o credenciamento, o representante presente na sessão deverá entregar ao Pregoeiro, **APARTADOS DOS ENVELOPES nº 1 e 2**, os seguintes documentos:
 - 4.3.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.
 - 4.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
 - 4.3.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
 - 4.3.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - 4.3.5. O representante do licitante deverá identificar-se mediante apresentação, ao Pregoeiro, de documento que comprove sua identidade, para que possibilite a conferência dos dados com o registro informado no termo de credenciamento.
 - 4.3.6. **Os licitantes deverão declarar que estão em situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, com a seguridade social (INSS e FGTS), bem como atendem às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica e econômico-financeira, conforme o modelo do ANEXO V.**
 - 4.3.7. **CONDICÃO DIFERENCIADA:** É facultado ao licitante que queira se valer do regime diferenciado disposto Nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar Federal n.º 123/2006, **apresentar no CREDENCIAMENTO:** para as empresas com registro na Junta Comercial do estado, o documento a ser apresentado é a ***“Certidão Simplificada da Junta Comercial”***, expedida pelo Estado da sua sede. Para as empresas com registro em Cartório, a comprovação dar-se-á através de ***“Declaração de Opção pelo Simples Nacional”*** expedida através do portal do simples nacional – Receita Federal. Essa certidão/declaração deverá ter prazo de emissão de, no máximo, 60 (sessenta) dias.
- 4.4. Os documentos apresentados nos subitens **4.3.1, 4.3.2, 4.3.3, 4.3.4 e 4.3.7**, deverão ser originais, ou fotocópia autenticada conforme item **6.2**.
- 4.5. Na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deverá constar além da denominação social, a **identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 4.6. Caso seja designado outro representante que não tenha poderes atribuídos pelos documentos de constituição da licitante já apresentados no item **4.3.**, este deverá apresentar **procuração COM RECONHECIMENTO DE FIRMA**, ou **termo de credenciamento COM CARIMBO E RECONHECIMENTO DE FIRMA**, podendo ser utilizado o modelo do Anexo IV.
- 4.7. Somente a pessoa credenciada poderá intervir no procedimento licitatório, ofertando lances verbais e demais atos relativos a este pregão presencial, sendo admitido, para este feito, um único representante por licitante interessada.
- 4.8. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa.
- 4.9. A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar o licitante no certame, implicará na impossibilidade do mesmo de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais e na manifestação do direito de recorrer das decisões tomadas durante a sessão, lavrando-se em ata o ocorrido e, permanecendo tão-somente no certame a sua proposta escrita.
- 4.10. A ausência do credenciado, por quaisquer motivos, durante a sessão, sem a substituição formal ou sem a autorização expressa do Pregoeiro, impede a prática de atos inerentes ao pregão.
- 4.11. Não havendo representante da licitante presente em Sessão, será obrigatória a apresentação dos documentos contidos nos itens **4.3.7** – Condição Diferenciada (para as microempresas ou empresas de pequeno porte que queiram utilizar os benefícios da LC 123/2006), e **4.3.6** – Declaração de habilitação (para todas as empresas), em um terceiro envelope, contendo no anverso do mesmo: ENVELOPE Nº 3, Razão Social da Empresa e CNPJ.
- 4.11.1. A licitante sem representante presente no processo licitatório, em se tratando de micro empresa ou empresa de pequeno porte, que apresentar os documentos descritos no item **4.3.7**, somente fará jus ao benefício previsto no §1º, do art. 43, da Lei Complementar 123/2006.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE N.º 1

- 5.1. No envelope lacrado Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS - deverá conter a proposta, emitida em 1 (uma) via, impressa, datada e assinada, preferencialmente rubricada e paginada (Exemplo: 1/5, 2/5... 5/5) em todas as suas folhas, elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo, quanto às expressões técnicas de uso corrente, além dos seguinte elementos necessários à sua elaboração:
- a) Identificação (razão social), endereço e Nº do CNPJ da proponente;
 - b) **Proposta:** deverá ser cotado o **MENOR PREÇO POR ITEM**, com apresentação dos valores unitários e totais de cada item, em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais e, de preferência, o preço total também por extenso.
 - c) Obrigatoriamente, a ordem dos itens da proposta de preços deverá obedecer à ordem dos itens descritos no Anexo II (Quantitativos e valores de referência) deste edital.
 - d) Deverá conter também a marca de cada item ofertado;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- e) **Prazo de validade da proposta:** Mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega dos envelopes;
 - f) **Prazo de execução:** Conformidade com o item 11 deste Edital;
 - g) **Deverá ser observado quando da elaboração das propostas:** Prazos de entrega; Local de prestação dos serviços/entrega dos equipamentos e Forma de Pagamento.
- 5.2. **No(s) preço(s) deverão estar inclusos todas as despesas concernentes à execução do objeto do presente edital**, os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas, transporte, deslocamento, salários, estadias, carga tributária, alvará, as taxas municipais, estaduais e federais, as despesas indiretas, o lucro bruto do licitante e os demais custos mencionados nas especificações, constantes no Anexo I, necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.
- 5.3. O preço ofertado será sempre o preço final, nele devendo estar computado todas as despesas que incidam sobre o contrato, as quais ficarão a cargo da futura contratada.
- 5.4. Pequenas falhas ou defeitos na apresentação das propostas, não comprometendo a legalidade do certame, serão resolvidas pelo Pregoeiro.
- 5.5. Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se aos licitantes que apresentem suas propostas nos moldes do Anexo III.
- 5.6. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.
- 5.7. Somente serão aceitas propostas que contemplem o fornecimento total dos quantitativos de cada item deste certame.
- 5.8. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.9. Quaisquer outros documentos presentes no envelope de proposta que não foram expressamente solicitados no edital serão devolvidos ao representante presente no momento da abertura do invólucro.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

- 6.1. O envelope lacrado nº 2 – **HABILITAÇÃO** – deverá conter os documentos relacionados para habilitação (item 7), em sua via original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial, preferencialmente rubricados e paginados (Exemplo: 1/5, 2/5,...5/5) em todas as folhas.
- 6.2. Quantos às autenticações:
- 6.2.1. Havendo mais de um documento reproduzido numa mesma folha, para cada documento procede-se à conferência com o original, portanto, a autenticação é individual, gerando a consequência de serem apostas tantas autenticações quantos forem os documentos reprografados. (Provimento nº 12/92, item 8, da CGJ – Corregedoria-Geral da Justiça).



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 6.2.2. Poderá ser apresentado das seguintes formas: por cartório competente, ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão de imprensa oficial.
- 6.2.3. As autenticações, por servidor da Administração, deverão ocorrer preferencialmente até às 18 horas do dia anterior à sessão de abertura do mesmo.
- 6.2.4. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 6.3. Quando o certificado/certidão for emitido por sistema eletrônico, poderá ser apresentado no original ou em fotocópia, mas sua aceitação fica condicionada à verificação da autenticidade pela Internet ou junto ao órgão emissor.

OBSERVAÇÃO:

- * **Documentos matriz/filial:** Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante responsável pelo contrato/fornecimento com o número do CNPJ e endereço respectivo.
- * Se a licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta.
- * Se a licitante responsável pelo contrato/fornecimento for filial, todos os documentos deverão estar em nome desta.
- * Os documentos que constarem expressamente que são válidos para todos os estabelecimentos, matriz e filiais, serão aceitos pela Comissão independentemente da inscrição do CNPJ da proponente, para efeito de julgamento.
- * A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitada.

6.4. Prazo de validade dos documentos:

- 6.4.1. A documentação exigida deverá ter validade, no mínimo, até a data prevista para o protocolo dos envelopes.
- 6.4.2. Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 90 (noventa) dias.
- 6.5. Quaisquer outros documentos presentes no ENVELOPE DE HABILITAÇÃO que não foram expressamente solicitados no edital serão devolvidos ao representante presente no momento da abertura do invólucro.
- 6.6. **INFORMAÇÕES ADICIONAIS:**
- 6.6.1. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento, ou ainda diligenciar junto às repartições sobre a validade das certidões apresentadas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



6.6.2. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

6.6.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Habilitação Jurídica

7.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

7.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.1.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBSERVAÇÕES:

- a) No que couber, os documentos referidos nos itens **7.1.1. e 7.1.2.**, poderão ser substituídos por “Certidão Simplificada” emitida pela Junta Comercial do Estado, da sede da empresa, cujo prazo de emissão não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias.
- b) Na apresentação do estatuto ou contrato social em vigor e última alteração, se houver, deverá constar além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.
- c) **A documentação solicitada nos itens 7.1.1. a 7.1.4** poderá ser substituída pela apresentação de Certidão de Registro Cadastral emitido pela Câmara de Vereadores de Itajaí, correspondendo o ramo de atividade ao objeto licitado. **Será ainda, dispensada a apresentação dos referidos documentos na fase de habilitação quando devidamente apresentado durante o credenciamento.**

7.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista.

7.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);

7.2.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão conjunta dos tributos administrados pela Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional referente à Dívida Ativa;

7.2.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.2.5. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.2.6. Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social (INSS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.2.6.1. **Esta certidão poderá ser substituída pela apresentação da Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal, quando a mesma trouxer explicitamente que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.**

7.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, alterada pela lei 12.440, de 07 de julho de 2011.

7.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

7.3.1. Certidão Negativa de **Falência ou Recuperação Judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de pesquisa não anterior a 60 (sessenta) dias, contados da data fixada para a abertura dos envelopes de "HABILITAÇÃO", ou que até esta data esteja dentro da validade, conforme expressa na própria certidão.

7.4. **Qualificação Técnica:**

7.4.1. **Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove que a licitante já executou serviços com complexidade operacional equivalentes as especificações deste Termo de Referência.

Obs.: O Atestado ou declaração de capacidade técnica, descrita no item 7.4, deverá ser apresentado apenas pelas licitantes que ofertarem proposta para a prestação de serviço técnico descrito no item 12 do Anexo A do Termo de Referência.

7.5. **Outros Documentos**

7.5.1. Declaração de que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser utilizado o modelo incluso (Anexo VI).

7.5.2. **Declaração de que os sócios e empregados não possuem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, dos membros desta Casa Legislativa**, bem como dos chefes das suas unidades, incluídos todos os demais casos já previstos na Súmula n.º 13 do Supremo Tribunal Federal, conforme modelo do anexo VII.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7.5.3. **Declaração de visita técnica** ou **Declaração de Conhecimento do Local dos Serviços**, nas seguintes condições:

a) Para optantes pela visita técnica: Apresentar declaração conforme modelo constante do Anexo VIII, fazendo constar que a empresa proponente tomou conhecimento das necessidades da prestação dos serviços objeto desta licitação, verificando o funcionamento e o detalhamento técnico do Sistema de Processo Legislativo já existente e utilizado pela Câmara de Vereadores de Itajaí, bem como que tomou conhecimento da estrutura atual e de todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, admitindo-se, conseqüentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação. A referida declaração deverá receber o visto do Diretor de Informática da Câmara de Vereadores de Itajaí.

b) Para optantes pela declaração de conhecimento do local dos serviços: Apresentar declaração conforme modelo constante do Anexo IX, fazendo constar que a empresa proponente detém conhecimento pleno e suficiente sobre o Sistema de Processo Legislativo já existente e utilizado pela Câmara de Vereadores de Itajaí e que não poderão ser alegadas, a qualquer tempo, quaisquer reivindicações decorrentes do desconhecimento das suas condições.

Obs.: A declaração de visita técnica (item 7.5.3) deverá ser apresentada apenas pelas licitantes que oferecem proposta para a prestação de serviço técnico descrito no item 12 do Anexo A do Termo de Referência.

8. DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E JULGAMENTO

- 8.1. No dia, hora e local designados neste Edital, serão recebidos os envelopes de **Proposta e Habilitação**, devidamente lacrados e protocolados conforme disposição do item 2.1. do presente instrumento.
- 8.2. No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão e anunciará as empresas que apresentaram envelopes.
- 8.3. Em seguida o Pregoeiro passará ao credenciamento dos licitantes, nos termos do **item 4 – Do Credenciamento**, e após, encaminhará os envelopes distintos, aos licitantes credenciados para conferência dos lacres e protocolos.
- 8.4. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas, ocasião em que será procedida à verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.
- 8.5. A desclassificação da proposta do licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.
- 8.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros formais:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 8.6.1. Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;
- 8.6.2. Falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à sessão do Pregão;
- 8.6.3. Falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 2 – Habilitação;
- 8.6.4. O item relativo a dados bancários do licitante não gerará a sua desclassificação, pois poderá ser preenchido para a assinatura do contrato.
- 8.7. As propostas serão encaminhadas aos credenciados, para rubrica e conferência.
- 8.8. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- 8.9. No curso da Sessão, dentre as propostas classificadas, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- 8.10. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 8.9, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.
- 8.11. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a **redução mínima entre lances de R\$ 10,00 (dez reais)**.
- 8.12. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 8.13. A oferta dos lances deverá ser efetuada considerando o **MENOR PREÇO POR ITEM**, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.
- 8.14. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.15. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 8.16. Após o encerramento da fase de lances serão concedidos os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, qual seja, como critério de desempate será assegurado a direito de preferência de contratação para as ME ou EPP:
- 8.16.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 8.17. Ocorrendo o empate previsto no item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 8.17.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 8.17.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, serão convocados os remanescentes que por ventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.17.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 8.17.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos Item 8.17.2 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- 8.17.5. O disposto neste Item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 8.17.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 8.18. Considera-se preço excessivo, para os fins de avaliação da aceitabilidade do preço proposto, aquele que estiver acima do valor estimado pela administração para aquisição do objeto ou do preço praticado no mercado, aferindo-se este através do custo médio constante da Planilha de Custos efetuada pela Administração, devidamente atualizado até a data da abertura do envelope **“PROPOSTA DE PREÇOS”**, utilizando-se, para o cálculo, o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas na ocasião, podendo o Pregoeiro admitir outro critério de aceitabilidade para o preço ofertado, considerando o percentual de desconto alcançado na fase de lances do certame.
- 8.19. Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de **“HABILITAÇÃO”** do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 – **DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO** e item 7 – **DA HABILITAÇÃO**, deste Edital.
- 8.20. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante vencedor, com vista a obter preço melhor.
- 8.21. Obtido preço aceitável em decorrência da negociação, proceder-se-á na forma do disposto no subitem 8.19.
- 8.22. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 8.23. Serão inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, conforme estabelecido no item 6 – **DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO** e item 7 – **DA HABILITAÇÃO**, deste Edital.
- 8.24. O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes nº 2 – Habilitação apresentados pelos demais licitantes, até a entrega definitiva do objeto licitado. Após, inutilizará os mesmos.
- 8.25. Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e por todos os licitantes presentes.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos.
- 9.2. Os Recursos interpostos às decisões proferidas pelo Pregoeiro serão conhecidos nos termos do inciso XVIII, do artigo 4º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, devendo ser dirigidos diretamente ao PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ e DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, e protocolados no balcão da recepção da CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, em horário comercial, **não sendo admitidos os enviados por fax ou correio eletrônico (e-mail).**
- 9.3. Os **recursos, contrarrazões e impugnações serão recebidos pelo Pregoeiro**, o qual poderá reconsiderar ou não sua decisão e encaminhá-los devidamente informados à autoridade competente, para apreciação e decisão.
- 9.4. A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso.
- 9.5. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.
- 9.5.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, o pregoeiro fundamentará sua decisão na própria ata de abertura e julgamento da sessão pública, indicando o licitante e os motivos pelo não recebimento do recurso.
- 9.6. O acolhimento dos recursos importará à invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.7. Impugnado ou não o recurso, o Pregoeiro terá 05 (cinco) dias úteis, contados do esgotamento do prazo de contrarrazões recursais, para reconsiderar ou não sua decisão e encaminha-los devidamente informados à autoridade competente para apreciação e decisão final.
- 9.8. Da aplicação das penalidades previstas neste Edital e na minuta contratual, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.



10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 10.1. No julgamento das propostas, será considerado vencedor o **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendida às exigências de habilitação e especificações constantes deste Edital.
- 10.2. Não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto licitado ao fornecedor mais bem classificado.
- 10.3. Após a apresentação dos valores readequados, o Pregoeiro, encaminhará o processo à Presidência da entidade licitadora para deliberar sobre a sua homologação.
- 10.4. No caso de interposição de recursos, depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, será o resultado da licitação submetido ao PRESIDENTE DA CÂMARA para manter ou reformar a decisão do Pregoeiro, e posterior homologação.

11. DOS PRAZOS PARA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 11.1. A contratada deverá entregar os materiais/equipamentos, em até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento da autorização de compras e serviços ou da nota de empenho.
- 11.2. O prazo de execução dos serviços deverá ocorrer em até 15(quinze) dias após o recebimento da Ordem de Serviço.

12. DO LOCAL DA ENTREGA DOS MATERIAIS/EQUIPAMENTOS E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 12.1. Os materiais/equipamentos, objeto deste edital, deverão ser entregue no Edifício-Sede da Câmara de Vereadores de Itajaí/SC, sito a Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3825 – Bairro Ressacada, Setor – Almoxarifado.
- 12.2. Os serviços objeto do presente certame deverão ser prestados na sala da Diretoria de Informática, situada no endereço descrito no subitem anterior.

13. DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1. A prestação dos serviços objeto desta licitação será fiscalizada por técnico responsável indicado pela Contratante, que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital;
 - 13.1.1. **Compete ao Fiscal do Contrato (Responsável Técnico):**
 - a) **Sustar**, no todo ou em parte, a execução dos serviços sempre que a medida for considerada necessária;
 - b) **Recusar**, qualquer serviço que não atenda às especificações contratuais;
 - c) **Decidir** acerca das questões que se apresentarem, durante a execução dos serviços;
 - d) **Atestar**, faturas correspondentes à prestação dos serviços.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



14. DO RECEBIMENTO

- 14.1. Provisoriamente, nos termos do art. 73, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal 8.666/93;
- 14.2. Definitivamente, nos termos do art. 73, inciso I, alínea “b”, do dispositivo legal supracitado.
- 14.3. É ressalvado à CVI o não recebimento dos SERVIÇOS, se estes não estiverem dentro das especificações exigidas na licitação conforme especificações neste Pregão Presencial, em especial o seu ANEXO I.
- 14.4. A assinatura do canhoto da nota fiscal ou protocolo em outros documentos indica tão somente o recebimento da mesma pela CVI, sendo sua confirmação definitiva, condicionada a conferência dos dados relacionados na nota fiscal de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, relatórios ou outros documentos que se fizerem necessários.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento do objeto da presente licitação será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento definitivo, mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura correspondente, sendo procedida através de Ordem Bancária para conta da Contratada na instituição financeira que ela indicar; por boleto ou cheque nominal à empresa CONTRATADA.
- 15.2. Acompanhará a Nota Fiscal o relatório da prestação contratual havida, no mês a que se referir.
- 15.3. O representante da Contratante, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, a cada mês analisará o exato cumprimento das obrigações da Contratada no período, atestando a execução dos serviços e encaminhando a correspondente nota fiscal à Secretaria de Administração e Finanças, com o devido aceite e recebimento.
- 15.4. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização do documento fiscal.
- 15.5. Caso não haja expediente na Câmara de Vereadores de Itajaí no dia do vencimento da Nota Fiscal/Fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.
- 15.6. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Câmara de Vereadores de Itajaí, entre a data acima referida a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento/execução será calculada de acordo com variação *pro rata tempore* do IGP-M/FGV, ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.
- 15.7. A compensação financeira prevista na condição mencionada no item 15.6 será cobrada em Nota Fiscal/Fatura após a ocorrência.

16. DO CONTRATO

- 16.1. A licitante adjudicada, após homologação pela autoridade competente, será convocada a assinar o instrumento contratual, no prazo de até 05 (cinco) dias, contado da data de sua convocação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 16.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste PREGÃO PRESENCIAL, independentemente de transcrição.
- 16.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do §1º, do art. 57, da Lei 8.666/93 e alterações.

17. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 17.1. A relação pactuada poderá ser alterada, na forma e condições estabelecidas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 17.2. Na hipótese de renovação contratual após decorrido o prazo de 12 (doze) meses os valores contratados serão reajustados adotando-se como indexador o Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que venha substituí-lo.
- 17.3. O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor contratado, nos termos do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.
- 17.4. As supressões resultantes de acordo celebradas entre os contratantes poderão ser maiores do que o disposto nesta condição, desde que resultantes de acordos celebrados entre as partes, consoante inc. II, do § 2º, art. 65 do diploma federal de licitações.
- 17.5. A inexecução total ou parcial das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas no Contrato, inclusive multa no valor de até 20% do contrato firmado entre as partes.
- 17.6. O Contratado será responsável por eventuais danos havidos em decorrência dos serviços prestados, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a indenizar a terceiros e/ou a Administração pelo prejuízo causado.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 18.1. O Contratado ficará obrigado a:
- 18.1.1. Executar o objeto nas condições, no preço e nos prazos constantes deste Edital e seus anexo, em especial Anexo I – Termo de Referência;
- 18.1.2. Não veicular publicidade acerca do objeto deste Pregão Presencial, salvo se houver prévia autorização da Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí.
- 18.1.3. **Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação.**
- 18.1.4. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da prestação de mão-de-obra, tais como;
- a) Salários;
 - b) Seguro acidentes;
 - c) Taxas, impostos e contribuições;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- d) Indenizações;
- e) Vales-refeições;
- f) Vales-transportes; e
- g) Outras que por ventura venham a ser criadas pelo Governo.

- 18.1.5. Responder, ainda, pelos danos causados diretamente à Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo em decorrência da entrega dos Serviços, em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Câmara de Vereadores de Itajaí;
- 18.1.6. Manter os seus técnicos e funcionários sujeitos às normas disciplinares da Câmara de Vereadores de Itajaí, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;
- 18.1.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí;
- 18.1.8. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos no recinto da Câmara de Vereadores de Itajaí;
- 18.1.9. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Câmara de Vereadores de Itajaí, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnicos e funcionários durante a execução deste Contrato;
- 18.1.10. Responsabilizar-se por todo transporte necessário à retirada e entrega dos equipamentos necessários à execução dos serviços, testes ou provas necessárias, inclusive os mal executados;
- 18.1.11. Executar os serviços, constantes desta licitação em conformidade com o respectivo planejamento, normas e Especificações Técnicas e, ainda, com as instruções emitidas pela Câmara de Vereadores de Itajaí;
- 18.1.12. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos;
- 18.1.13. Comunicar ao Fiscal do Contrato qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 18.1.14. Inteirar-se, junto à Câmara de Vereadores de Itajaí, por intermédio do Fiscal do Contrato, dos detalhes de entrada e saída, na área de prestação de serviços, de seu pessoal, veículos, equipamentos, materiais e demais pertences de sua propriedade, adotando as medidas de segurança exigidas;
- 18.1.15. Cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho;
- 18.1.16. Manter, durante toda a execução do objeto do contrato em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital deste Pregão Presencial.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 19.1. Caberá à Câmara de Vereadores de Itajaí:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 19.1.1. Quando necessário, permitir o livre acesso dos funcionários da Contratada às dependências da Câmara de Vereadores de Itajaí, para a entrega dos serviços referente a este Pregão Presencial.
- 19.1.2. Cumprir e fazer cumprir as disposições do instrumento de contrato, bem como as condições e especificações descritas neste Edital e seus anexos.
- 19.1.3. Conferir, vistoriar, auditar e aprovar os serviços executados pela contratada.
- 19.1.4. Rejeitar os serviços/equipamentos entregues equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pela Câmara de Vereadores de Itajaí ou com as especificações constantes do Ato Convocatório, em particular, de seu Anexo I.
- 19.1.5. Solicitar que sejam reparados os Serviços que não atenderem às especificações constantes do Anexo I.
- 19.1.6. Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a tutelar o interesse público.
- 19.1.7. Efetuar o pagamento conforme estipulado no item 15 do presente Edital.
- 19.1.8. Suprir o licitante vencedor de documentos, informações e demais elementos que possuir com relação ao objeto da licitação, bem como dirimir dúvidas e orientá-lo nos casos omissos.

20. DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 20.1. O valor total máximo estimado que a Câmara de Vereadores de Itajaí se propõe a pagar pelo objeto desta licitação é de: R\$ 41.417,67 (quarenta e um mil quatrocentos e dezessete reais e sessenta e sete centavos).
- 20.2. O recurso orçamentário necessário ao atendimento deste processo licitatório correrá à conta do Orçamento da Câmara de Vereadores de Itajaí, nas seguintes dotações:
 - 5/2015: 22.22022.1.31.1.2.112.0. 3.3.90.39 – Aplicações Diretas.
 - 5/2015: 22.22022.1.31.1.2.112.0. 3.3.90.30 – Aplicações Diretas.
 - 6/2015: 22.22022.1.31.1.2.112.0. 4.4.90.52 – Aplicações Diretas.

21. DA RESCISÃO

- 21.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 8.666/1993 e alterações, e nos moldes definidos na minuta contratual em anexo.
- 21.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se, a empresa contratada, ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.



22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. No decorrer do processo licitatório os proponentes que ensejarem o retardamento da sua execução, não mantiverem a proposta (injustificadamente), forem adjudicados e convocados para assinarem o contrato e não assinarem, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardada a ampla defesa e o contraditório as seguintes sanções, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí pelo infrator:

I – Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

II – Multa de 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação, aplicada nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas.

III – Impedimento do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

22.2. A aplicação das penalidades ocorrerá após a defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

22.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

22.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução do Contrato, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa em assinar o Contrato;

III – Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de serviço incompleto ou em atraso, até o máximo de 10% (dez por cento), incidentes sobre o valor estimado da contratação, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

IV – Impedimento do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos.

22.5. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

22.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1. Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO PRESENCIAL.
- 23.2. Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a abertura dos envelopes e Sessão Pública do Pregão Presencial com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.
- 23.3. Os serviços objeto do presente edital não poderão ser subcontratados ou terceirizados, no todo ou em parte.
- 23.4. É obrigatória a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.
- 23.5. A Administração reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões e utilizar este meio como prova.
- 23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 23.7. Só se iniciam e vencem os prazos referidos no item 23.6 em dia de expediente normal na Câmara de Vereadores de Itajaí.
- 23.8. Fica eleito o Foro da comarca de Itajaí/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes da execução do contrato.

Itajaí, 11 de junho de 2015.

Ver. LUIZ CARLOS PISSETTI
Presidente da Câmara de Vereadores

VALDIRENE APARECIDA MAZZETTO MOROSO
Secretária de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição de equipamentos de informática e prestação de serviço especializado para instalação, reestruturação e expansão de rede lógica estruturada e de telefonia, conforme condições, quantitativos e especificações apresentadas a seguir:

2. JUSTIFICATIVA

No decorrer dos trabalhos das sessões está ocorrendo quedas constantes do sistema e instabilidade na rede, o que tem gerado insegurança quanto ao pleno funcionamento da rede estruturada por sobrecarga nos equipamentos já instalados. Observados tais problemas e visando garantir a continuidade dos trabalhos desta casa, surgiu a urgente necessidade de expandirmos a quantidade destes equipamentos na estrutura de rede, assim como organiza-los adequadamente como mandam as boas praticas procedimentais e separar os equipamentos da central telefonica e os ramais que estão instalados todos nos mesmos racks, o que dificulta e atrasa os trabalhos de manutenção da equipe técnica quando surgem as quedas nos sistemas desta Casa Legislativa.

3. DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE REDE LÓGICA ESTRUTURADA E DE TELEFONIA.

3.1 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS

3.1.1 Reorganização dos racks de rede de modo a otimizar o espaço físico ocupado pelos mesmos, abrindo espaço para a instalação de um novo rack.

3.1.2. Movimentar todo o hardware de telefonia para o novo rack e refazer todo o cabeamento.

3.1.3. Reorganizar e testar o cabeamento de todos os racks.

3.1.4. Instalar todos os equipamentos a serem fornecidos pela Contratante, conforme lista constante no anexo A deste Termo, de acordo com as recomendações da equipe técnica do departamento de Tecnologia da Informação.

3.1.5 Identificar todos os equipamentos e os cabos utilizados, por meio de anilhas ou etiquetas fixadas em suas extremidades.

3.1.6 Fazer espelhamento de todos os ramais de telefone do rack da central para cada um dos outros racks.

3.2. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 3.2.1 Realizar o objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos de sua proposta;
- 3.2.2 Fornecer todos os materiais e ferramentas necessários à execução dos serviços;
- 3.2.3 Executar os serviços no prazo estipulado no item 6, deste termo, contado a partir do recebimento da Ordem de Serviços;
- 3.2.4 Reparar/corrigir/refazer as suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do Fiscal do Contrato, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou do material empregado;
- 3.2.5 Cumprir e fazer cumprir todas as normas técnicas de saúde, de higiene, e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- 3.2.6 Executar os serviços objeto do contrato, de acordo com as normas da ABNT, e dos fabricantes dos materiais aplicados, utilizando materiais de qualidade e homologados pelas normas vigentes;
- 3.2.7 Manter no local pessoal especializado e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços.
- 3.2.8 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao CONTRATANTE ou a terceiros;
- 3.2.9 Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
- 3.2.10 Responsabilizar-se pela recomposição e substituição de pisos, soleiras, telas, reparos de forros, paredes, etc, que porventura, forem danificados durante a prestação dos serviços obedecendo sempre às especificações originais existentes;
- 3.2.11 Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas.
- 3.2.12 Os serviços técnicos especializados de infraestrutura de cabeamento estruturado para redes locais de informática, como fornecimento de materiais, certificações e mão de obra devem obedecer às normas técnicas da ABNT, e em conformidade com as especificações e orientações, constantes nesse Termo de Referência.
- 3.2.13. Assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão de obra, aparelhos e equipamentos necessários para a boa e perfeita execução dos serviços.
- 3.2.14 A CONTRATADA deverá submeter à apreciação da fiscalização do CONTRATANTE;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



3.2.15 A CONTRATADA deverá disponibilizar no mínimo, um supervisor, que ficará responsável para tratar e responder junto ao CONTRATANTE sobre as questões técnicas relativas aos serviços, objeto desta contratação.

3.2.16. Antes de realizar qualquer etapa do serviço, comunicar a equipe técnica do departamento de Tecnologia da Informação.

3.3 EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

3.3.1 Para participar deste item a licitante interessada deverá apresentar declaração que realizou visita técnica à Câmara de Vereadores de Itajaí, fazendo constar que tomou conhecimento das necessidades da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

3.3.2. Para as empresas optantes por não realizarem a visita técnica, deverá ser apresentada declaração fazendo constar que detém conhecimento pleno e suficiente da estrutura e das necessidades do serviço e que não poderão ser alegadas, a qualquer tempo, quaisquer reivindicações decorrentes do desconhecimento das suas condições.

3.3.3. A empresa licitante deverá apresentar atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário, indicando que a empresa proponente já executou serviços com complexidade operacional equivalentes as especificações deste Termo de Referência.

3.4 DA GARANTIA

3.4.1 Devido a movimentação dos racks e natureza do serviço a CONTRATADA deverá prestar garantia mínima de cinco (05) anos dos serviços prestados.

4. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O recurso orçamentário necessário ao atendimento deste processo licitatório correrá à conta do Orçamento da Câmara de Vereadores de Itajaí, nas seguintes dotações:

5/2015: 22.22022.1.31.1.2.112.0. 3.3.90.39 – Aplicações Diretas.

5/2015: 22.22022.1.31.1.2.112.0. 3.3.90.30 – Aplicações Diretas.

6/2015: 22.22022.1.31.1.2.112.0. 4.4.90.52 – Aplicações Diretas.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. O julgamento das propostas deverá ser procedido pelo **MENOR PREÇO POR ITEM.**

6. DOS PRAZOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O prazo de entrega dos materiais deverá ser de no Máximo 20 (vinte) dias, contados do recebimento do Pré-empenho.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



6.2 O prazo de execução dos serviços deverá ocorrer em até 15(quinze) dias após o recebimento da Ordem de Serviço.

7. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços serão prestados na sede da Câmara de Vereadores de Itajaí, na Diretoria de Informática.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento do objeto do presente termo será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento definitivo dos mesmos, mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura.

8.2. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incoerência, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização do documento fiscal.

8.3. Caso não haja expediente na Câmara de Vereadores de Itajaí no dia do vencimento da Nota Fiscal/Fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

8.4. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Câmara de Vereadores de Itajaí, entre a data acima referida a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento será calculada de acordo com variação *pro rata tempore* do IGP-M/FGV, ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

8.5. A compensação financeira prevista na condição mencionada no item 8.4. será cobrada em Nota Fiscal/Fatura após a ocorrência.

9. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor da Câmara de Vereadores, a ser designado pela Diretoria de Informática.

9.2 A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO A
QUANTITATIVOS E DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS:

Item	Quant.	Un.	Especificação
01	01	un	Rack 19 Pol Metal. <u>Especificações mínimas:</u> <ul style="list-style-type: none">- Preto;- 19”;- 44 x 800;- Painéis laterais removíveis através de um fecho rápido;- Compatível com todos os tipos de cabos UTP de Categoria 6 com fio sólido entre 22 a 24 AWG;- Etiquetas transparentes sobre a numeração das portas;
02	01	un	Regua para Rack 19 Pol <u>Especificações mínimas:</u> <ul style="list-style-type: none">- 8 Tomadas;- Padrão brasileiro – ABNT – NBR 14.136
03	08	un	Guia de Cabo 1U. <ul style="list-style-type: none">- Alta Densidade;- 90mm;- Preto;
04	12	un	Voice Panel. <u>Especificações mínimas:</u> <ul style="list-style-type: none">- 50 portas;- Cat3;- 1U- Compatível com Rack 19”- Atender as normas ANSI/TIA/EIA-3100;- Conectores traseiros padrão 110 IDC;
05	30	m	Cabo Telefônico CI CM 50 x 50 pares. Metros
06	200	un	Patch Cord. <u>Especificações mínimas:</u> <ul style="list-style-type: none">- Cat5e- Verde



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



			- 1,5m
07	01	un	Bandeja Fixa 1U 700MM P/ Rack de 800MM. Metal
08	05	un	Patch Panel. <u>Especificações mínimas:</u> - 24 portas; - Cat6; - Compatível com a norma ISO/IEC 11801:2002. - 1U
09	05	un	Rodizio para Gabinete. Metal com Borracha
10	02	un	Switch GIGABIT 48 PORTS + 4 GIGABIT PORTS SFP <u>Especificações mínimas:</u> - 52 portas sendo 48 portas 10/100/1000 Mbps autosensing, mais 4 portas 1000 Mbps SFP. - Spanning Tree Protocol (STP / RSTP / MSTP) apoio melhora a compatibilidade com a rede, escalabilidade e disponibilidade - Gerenciamento baseado em SNMP, snooping e query IGMP. - IEEE 802.1X e ACLs avançadas para uma segurança reforçada. - MAC e ACLs baseadas em IP permitem filtrar o tráfego da rede e melhorar o controle da rede. - Pré-configurado na fábrica, facilitando a instalação. Características técnicas: - Desempenho: 104 Gbps (máx.) - Camada 3: 32 rotas estáticas Padrões: - IEEE 802.1d Spanning Tree - Tags Prioridade IEEE 802.1p - IEEE 802.1Q VLANs - IEEE 802.1x Segurança de porta - IEEE 802.1w Rapid Spanning Tree - Ethernet IEEE 802,3 - IEEE 802.3ab Gigabit Ethernet - IEEE 802.3ad Link Aggregation - IEEE 802.3af Power over Ethernet - Fast Ethernet IEEE 802.3u - IEEE 802.3x Flow Control - IEEE 802.3z Gigabit Ethernet Portas: - Total: 52 portas - 48 portas autosensing 10/100/1000 Mbps - 4 portas 1000 Mbps SFP



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



			<p>Gerenciamento:</p> <ul style="list-style-type: none">- Configuração baseada na Web e gestão- Configuração do sistema com SNMP v1, v2c e v3- Suporte a monitoração remota (RMON)- Log do sistema de suporte- Apoio alarmes hierárquico- Suporte NTP- Suporte para IMC- Plataforma de gerenciamento de rede- CLI através do console- Gestão das comunicações são codificado via HTTPS <p>Segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">- IEEE 802.1X- Controle de acesso listas (ACLs)- Regras de filtragem MAC-based <p>Convergência:</p> <ul style="list-style-type: none">- 4 filas de hardware por porta- Priorização de tráfego na camada 2 (802.1p) e na Camada 3 (TOS com DSCP)- Atribuição automática de VLAN para tráfego de voz e mais <p>LED:</p> <ul style="list-style-type: none">- Módulo de atividade- Power- Modo de tráfego da rede- Link status / velocidade <p>Energia e ambiente:</p> <ul style="list-style-type: none">- Tensão de entrada: 100 V - 240 V- Frequência: 50/60 Hz- Padrão: EN IEC 60068 (68) <p>Acompanha:</p> <ul style="list-style-type: none">- Unidade de switch- Cabo de alimentação- Pés de borracha auto-adesivos- Cabo para console- Kit para montagem em rack- CD do Produto- Manual de instalação em português
11	01	un	<p>Nobreak APC 2200 VA/ 1980W 230/230 USB SENOIDAL.</p> <p><u>Especificações mínimas:</u></p> <ul style="list-style-type: none">- 2200 VA;- 1980 Watts;- Rack 2U;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



			<ul style="list-style-type: none">- Tensão de Entrada 230V;- Tensão de Saída 230V;- Frequência de entrada 50/60 Hz +/- 3 Hz (auto sensing);- Bateria selada Chumbo-Acido livre de manutenção : a prova de vasamento;- Número de tomadas 8;- Soar alarme quando na bateria : Alarme distinto de pouca bateria : Configuração de 'delays';- Display de LED com barra gráfica para carga e bateria e indicadores de On line : Troca de bateria : e Sobre Carga;- Porta de interface DB-9 RS-232, SmartSlot, USB;- Incluí cabo RS-232 de sinalização inteligente para No-Break, Trilhos de suporte para montagem em rack, Braceletes de montagem em rack;
12	Serv.	Serv.	Serviço de instalação, reestruturação e expansão de rede lógica estruturada e de telefonia, conforme especificações, quantitativos e condições constantes neste termo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

ANEXO II – QUANTITATIVOS E VALORES DE REFERÊNCIA

1. QUANTITATIVOS E VALORES DE REFERÊNCIA

1.1. O valor total máximo estimado que a Câmara de Vereadores de Itajaí se propõe a pagar pelo objeto desta licitação é de: **R\$ 41.417,67 (quarenta e um mil quatrocentos e dezessete reais e sessenta e sete centavos).**

Item	Qtde.	Unid	Descrição Material/Serviço	R\$ unitário máximo	R\$ Total Máximo
01	01	un	Rack 19 Pol Metal. Especificações mínimas: - Preto; - 19"; - 44 x 800; - Painéis laterais removíveis através de um fecho rápido; - Compatível com todos os tipos de cabos UTP de Categoria 6 com fio sólido entre 22 a 24 AWG; - Etiquetas transparentes sobre a numeração das portas;	R\$ 3.130,95	R\$ 3.130,95
02	01	un	Regua para Rack 19 Pol Especificações mínimas: - 8 Tomadas; - Padrão brasileiro – ABNT – NBR 14.136	R\$ 105,09	R\$ 105,09
03	08	un	Guia de Cabo 1U. - Alta Densidade; - 90mm; - Preto;	R\$ 40,96	R\$ 327,64
04	12	un	Voice Panel. Especificações mínimas: - 50 portas; - Cat3; - 1U - Compatível com Rack 19" - Atender as normas ANSI/TIA/EIA-3100; - Conectores traseiros padrão 110 IDC;	R\$ 437,51	R\$ 5.250,15
05	30	m	Cabo Telefônico CI CM 50 x 50 pares. Metros	R\$ 26,69	R\$ 800,72



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



06	200	un	Patch Cord. Especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">- Cat5e- Verde- 1,5m	R\$ 9,88	R\$ 1.975,20
07	01	un	Bandeja Fixa 1U 700MM P/ Rack de 800MM. Metal	R\$ 137,12	R\$ 137,12
08	05	un	Patch Panel. Especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">- 24 portas;- Cat6;- Compatível com a norma ISO/IEC 11801:2002.- 1U	R\$ 654,35	R\$ 3.271,75
09	05	un	Rodizio para Gabinete. Metal com Borracha	R\$ 391,21	R\$ 1.467,03
10	02	un	Switch GIGABIT 48 PORTS + 4 GIGABIT PORTS SFP <u>Especificações mínimas:</u> <ul style="list-style-type: none">- 52 portas sendo 48 portas 10/100/1000 Mbps autosensing, mais 4 portas 1000 Mbps SFP.- Spanning Tree Protocol (STP / RSTP / MSTP) apoio melhora a compatibilidade com a rede, escalabilidade e disponibilidade- Gerenciamento baseado em SNMP, snooping e query IGMP.- IEEE 802.1X e ACLs avançadas para uma segurança reforçada.- MAC e ACLs baseadas em IP permitem filtrar o tráfego da rede e melhorar o controle da rede.- Pré-configurado na fábrica, facilitando a instalação. <u>Características técnicas:</u> <ul style="list-style-type: none">- Desempenho: 104 Gbps (máx.)- Camada 3: 32 rotas estáticas <u>Padrões:</u> <ul style="list-style-type: none">- IEEE 802.1d Spanning Tree- Tags Prioridade IEEE 802.1p- IEEE 802.1Q VLANs- IEEE 802.1x Segurança de porta- IEEE 802.1w Rapid Spanning Tree- Ethernet IEEE 802,3- IEEE 802.3ab Gigabit Ethernet- IEEE 802.3ad Link Aggregation	R\$ 7.831,18	R\$ 15.662,36



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



		<ul style="list-style-type: none">- IEEE 802.3af Power over Ethernet- Fast Ethernet IEEE 802.3u- IEEE 802.3x Flow Control- IEEE 802.3z Gigabit Ethernet <p>Portas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Total: 52 portas- 48 portas autosensing 10/100/1000 Mbps- 4 portas 1000 Mbps SFP <p>Gerenciamento:</p> <ul style="list-style-type: none">- Configuração baseada na Web e gestão- Configuração do sistema com SNMP v1, v2c e v3- Suporte a monitoração remota (RMON)- Log do sistema de suporte- Apoio alarmes hierárquico- Suporte NTP- Suporte para IMC- Plataforma de gerenciamento de rede- CLI através do console- Gestão das comunicações são codificado via HTTPS <p>Segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">- IEEE 802.1X- Controle de acesso listas (ACLs)- Regras de filtragem MAC-based <p>Convergência:</p> <ul style="list-style-type: none">- 4 filas de hardware por porta- Priorização de tráfego na camada 2 (802.1p) e na Camada 3 (TOS com DSCP)- Atribuição automática de VLAN para tráfego de voz e mais <p>LED:</p> <ul style="list-style-type: none">- Módulo de atividade- Power- Modo de tráfego da rede- Link status / velocidade <p>Energia e ambiente:</p> <ul style="list-style-type: none">- Tensão de entrada: 100 V - 240 V- Frequência: 50/60 Hz- Padrão: EN IEC 60068 (68) <p>Acompanha:</p> <ul style="list-style-type: none">- Unidade de switch- Cabo de alimentação- Pés de borracha auto-adesivos- Cabo para console		
--	--	--	--	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



			<ul style="list-style-type: none">- Kit para montagem em rack- CD do Produto- Manual de instalação em português		
11	01	un	Nobreak APC 2200 VA/ 1980W 230/230 USB SENOIDAL. Especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">- 2200 VA;- 1980 Watts;- Rack 2U;- Tensão de Entrada 230V;- Tensão de Saída 230V;- Frequência de entrada 50/60 Hz +/- 3 Hz (auto sensing);- Bateria selada Chumbo-Acido livre de manutenção : a prova de vazamento;- Número de tomadas 8;- Soar alarme quando na bateria : Alarme distinto de pouca bateria : Configuração de 'delays';- Display de LED com barra gráfica para carga e bateria e indicadores de On line : Troca de bateria : e Sobre Carga;- Porta de interface DB-9 RS-232, SmartSlot, USB;- Incluí cabo RS-232 de sinalização inteligente para No-Break, Trilhos de suporte para montagem em rack, Braceletes de montagem em rack;	R\$ 3.509,67	R\$ 3.509,67
12	Serv.	Serv.	Serviço de instalação, reestruturação e expansão de rede lógica estruturada e de telefonia, conforme especificações, quantitativos e condições constantes neste termo.	R\$ 5.780,00	R\$ 5.780,00
Valor total máximo				R\$ 41.417,67	



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

ANEXO III – MODELO DE FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone/fax: _____

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática e prestação de serviço especializado para instalação, reestruturação e expansão de rede lógica estruturada e de telefonia, conforme condições, quantitativos e especificações apresentadas no termo de referência – Anexo I deste edital.

Item	Qtde.	Unid	Descrição Material/Serviço	Marca	R\$ unitário máximo	R\$ Total Máximo
01	01	un	Rack 19 Pol Metal. Especificações mínimas: - Preto; - 19’’; - 44 x 800; - Painéis laterais removíveis através de um fecho rápido; - Compatível com todos os tipos de cabos UTP de Categoria 6 com fio sólido entre 22 a 24 AWG; - Etiquetas transparentes sobre a numeração das portas;			
02	01	un	Regua para Rack 19 Pol Especificações mínimas: - 8 Tomadas; - Padrão brasileiro – ABNT – NBR 14.136			
03	08	un	Guia de Cabo 1U. - Alta Densidade; - 90mm; - Preto;			



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



04	12	un	Voice Panel. Especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">- 50 portas;- Cat3;- 1U- Compatível com Rack 19"- Atender as normas ANSI/TIA/EIA-3100;- Conectores traseiros padrão 110 IDC;			
05	30	m	Cabo Telefônico CI CM 50 x 50 pares. Metros			
06	200	un	Patch Cord. Especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">- Cat5e- Verde- 1,5m			
07	01	un	Bandeja Fixa 1U 700MM P/ Rack de 800MM. Metal			
08	05	un	Patch Panel. Especificações mínimas: <ul style="list-style-type: none">- 24 portas;- Cat6;- Compatível com a norma ISO/IEC 11801:2002.- 1U			
09	05	un	Rodizio para Gabinete. Metal com Borracha			
10	02	un	Switch GIGABIT 48 PORTS + 4 GIGABIT PORTS SFP <u>Especificações mínimas:</u> <ul style="list-style-type: none">- 52 portas sendo 48 portas 10/100/1000 Mbps autosensing, mais 4 portas 1000 Mbps SFP.- Spanning Tree Protocol (STP / RSTP / MSTP) apoio melhora a compatibilidade com a rede, escalabilidade e disponibilidade- Gerenciamento baseado em SNMP, snooping e query IGMP.- IEEE 802.1X e ACLs avançadas para uma segurança reforçada.- MAC e ACLs baseadas em IP permitem filtrar o tráfego da rede e melhorar o			



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



		<p>controle da rede.</p> <ul style="list-style-type: none">- Pré-configurado na fábrica, facilitando a instalação. <p>Características técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Desempenho: 104 Gbps (máx.)- Camada 3: 32 rotas estáticas <p>Padrões:</p> <ul style="list-style-type: none">- IEEE 802.1d Spanning Tree- Tags Prioridade IEEE 802.1p- IEEE 802.1Q VLANs- IEEE 802.1x Segurança de porta- IEEE 802.1w Rapid Spanning Tree- Ethernet IEEE 802,3- IEEE 802.3ab Gigabit Ethernet- IEEE 802.3ad Link Aggregation- IEEE 802.3af Power over Ethernet- Fast Ethernet IEEE 802.3u- IEEE 802.3x Flow Control- IEEE 802.3z Gigabit Ethernet <p>Portas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Total: 52 portas- 48 portas autosensing 10/100/1000 Mbps- 4 portas 1000 Mbps SFP <p>Gerenciamento:</p> <ul style="list-style-type: none">- Configuração baseada na Web e gestão- Configuração do sistema com SNMP v1, v2c e v3- Suporte a monitoração remota (RMON)- Log do sistema de suporte- Apoio alarmes hierárquico- Suporte NTP- Suporte para IMC- Plataforma de gerenciamento de rede- CLI através do console- Gestão das comunicações são codificado via HTTPS <p>Segurança:</p> <ul style="list-style-type: none">- IEEE 802.1X- Controle de acesso listas (ACLs)- Regras de filtragem MAC-based <p>Convergência:</p> <ul style="list-style-type: none">- 4 filas de hardware por porta- Priorização de tráfego na camada 2			
--	--	---	--	--	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



			(802.1p) e na Camada 3 (TOS com DSCP) - Atribuição automática de VLAN para tráfego de voz e mais LED: - Módulo de atividade - Power - Modo de tráfego da rede - Link status / velocidade Energia e ambiente: - Tensão de entrada: 100 V - 240 V - Frequência: 50/60 Hz - Padrão: EN IEC 60068 (68) Acompanha: - Unidade de switch - Cabo de alimentação - Pés de borracha auto-adesivos - Cabo para console - Kit para montagem em rack - CD do Produto - Manual de instalação em português			
11	01	un	Nobreak APC 2200 VA/ 1980W 230/230 USB SENOIDAL. Especificações mínimas: - 2200 VA; - 1980 Watts; - Rack 2U; - Tensão de Entrada 230V; - Tensão de Saída 230V; - Frequência de entrada 50/60 Hz +/- 3 Hz (auto sensing); - Bateria selada Chumbo-Acido livre de manutenção : a prova de vazamento; - Número de tomadas 8; - Soar alarme quando na bateria : Alarme distinto de pouca bateria : Configuração de 'delays'; - Display de LED com barra gráfica para carga e bateria e indicadores de On line : Troca de bateria : e Sobre Carga; - Porta de interface DB-9 RS-232, SmartSlot, USB; - Inclui cabo RS-232 de sinalização inteligente para No-Break, Trilhos de suporte para montagem em rack, Braceletes de montagem em rack;			



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



12	Serv.	Serv.	Serviço de instalação, reestruturação e expansão de rede lógica estruturada e de telefonia, conforme especificações, quantitativos e condições constantes neste termo.			
Valor total máximo					R\$ 41.417,67	

1. **Valor TOTAL**, referente ao objeto do instrumento convocatório: R\$ _____,___ (valor por extenso_____)

Nos preços propostos estão inclusos todos os materiais/serviços necessários, despesas de frete, impostos, encargos sociais e outras necessárias para o fornecimento/execução do respectivo objeto, bem como as **despesas com entrega** no prédio sede da Câmara de Vereadores de Itajaí.

2. **Condições de pagamento**: Conforme item 15 do Edital.

4. **Prazo de validade da proposta**: _____ (por extenso_____) dias (não podendo ser inferior a 60 [sessenta] dias, a partir da abertura dos envelopes nº 01 "PROPOSTA DE PREÇOS").

..... de de 2015.

.....
Nome, assinatura e carimbo (Razão social da empresa).

Observação: Emitir em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

ANEXO IV – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

(A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

Por este instrumento, solicitamos o credenciamento da empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ para participar da licitação supramencionada, por intermédio do seu representante _____ (nome) ou por procuração anexa, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da outorgante, visando formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Localidade, data, mês e ano.

Assinatura do Outorgante

(CARIMBO CNPJ E RECONHECIMENTO DE FIRMA)

Observação: Emitir em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

(A SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

_____(nome da empresa) inscrita no CNPJ/MF
sob o nº _____, com sede na _____ (endereço da
empresa) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
_____ portador(a) da Cédula de Identidade sob o nº
_____ e inscrito no CPF/MF sob o nº _____ licitante no certame
acima destacado, promovido pela Câmara de Vereadores de Itajaí, DECLARAMOS para efeitos de
atendimento do item 4.3.6 do **Edital de Pregão Presencial nº 06/2015**, promovido pela CÂMARA DE
VEREADORES DE ITAJAÍ, conforme exigido pelo inciso VII do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho
de 2002, que obedecemos plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

Localidade, data, mês e ano.

Nome, assinatura e carimbo (Razão social da empresa).

Observação: Emitir em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. XXXIII DO ART. 7º DA
CF/88**

_____(nome da empresa) inscrito(a) no CNPJ/MF
sob o nº _____, com sede na _____ (endereço da
empresa) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
_____ portador(a) da Cédula de Identidade sob o nº
_____ e inscrito no CPF/MF sob o nº _____,
em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, DECLARA, sob as penas
da lei, que cumpre integralmente o contido no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República e que não
possui em seu quadro pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso
ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14
(quatorze) anos.

Localidade, data, mês e ano.

Nome, assinatura e carimbo (Razão social da empresa).

Observação: Emitir em papel timbrado do licitante.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015
ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

IDENTIFICAÇÃO	
Nome: XXX	CPF: XXX
Nome da Empresa: XXX	CNPJ: XXX
Função do(a) declarante(a) na Empresa: XXX	Telefone de contato: XXX
DECLARAÇÃO	
<p>Declaro, sob as penas da lei, para fins de participação em licitação, que a pessoa física/jurídica supra identificada:</p> <p>() não possui sócio/empregado que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, dos membros da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, dos Vereadores, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Câmara de Vereadores de Itajaí investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.</p> <p>() possui sócio/empregado que seja [] cônjuge ou companheiro(a) e/ou [] parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itajaí, dos Vereadores, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, a seguir indicado(a):</p>	
Nome: XXX	
Cargo: XXX	Órgão de Lotação: XXX
Grau de Parentesco: XXX	
Local: XXX	Data: XXX
Assinatura do Declarante:	



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015
ANEXO VIII – MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Declaro, sob as penas da lei, que esta proponente (RAZÃO SOCIAL) _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua _____, nº _____, bairro _____, município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu representante legal, Sr. _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e inscrito no CPF nº _____, efetuou visita técnica à Câmara de Vereadores de Itajaí, tomando conhecimento das necessidades referentes à execução dos serviços objeto da licitação; verificando todos os equipamentos já instalados, bem como que tomou conhecimento da estrutura atual e de todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, admitindo-se, conseqüentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação.

Declaro, também, que o eventual desconhecimento das condições e características do local onde serão realizados os serviços não poderá ser alegado, a qualquer tempo, como motivo para quaisquer reivindicações durante a vigência do contrato.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

..... de de 2015.

.....
Nome e assinatura do representante legal da empresa

.....
Visto do Diretor de Informática
da Câmara de Vereadores de Itajaí



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE LOCAL DOS SERVIÇOS

Declaro, sob as penas da lei, que esta proponente _____ (RAZÃO SOCIAL) _____, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na rua _____, nº _____, bairro _____, município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por seu representante legal, Sr. _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e inscrito no CPF nº _____, detém pleno conhecimento sobre as condições e o local para execução dos serviços descritos no anexo I deste edital.

Declaro, também, que o eventual desconhecimento das condições e características do local onde serão realizados os serviços não poderá ser alegado, a qualquer tempo, como motivo para quaisquer reivindicações durante a vigência do contrato.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

....., de de 2015.

.....
Nome e assinatura do representante legal da empresa



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015
ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ** E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ**, inscrita no CNPJ sob nº 83.500.603/0001-80, com sede na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3825, Bairro Ressacada, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato, representado por seu Presidente, o senhor _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e portador do RG nº _____, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, adiante designada simplesmente **CONTRATADA**, com sede à Rua _____, n.º _____, bairro _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, representada, neste ato, pelo (a) Sr. (a) _____, com CPF de n.º _____ e RG n.º _____, fica ajustado e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem como objeto o fornecimento de equipamentos de informática e/ou prestação de serviço especializado para instalação, reestruturação e expansão de rede lógica estruturada e de telefonia, conforme condições, quantitativos e especificações apresentadas no termo de referência – Anexo I deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

- 2.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

- 3.1. O prazo de vigência do contrato será de 3 (três) meses, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado nos termos do §1º, do art. 57, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 4.1. Durante a vigência do contrato, o objeto do presente contrato será acompanhado e fiscalizado em todos os seus termos a qualquer tempo, pelo fiscal do Contrato, a ser designado pela Diretoria de Informática.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



4.2 A execução do objeto deste contrato será fiscalizada por servidor, a ser indicado pela Secretária de Administração, que terá autoridade para executar, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Pregão 06/2015;

4.2.1 – Compete ao responsável técnico da CVI:

- a) **Sustar**, no todo ou em parte, a execução dos serviços sempre que a medida for considerada necessária;
- b) **Recusar**, qualquer serviço que não atenda às especificações contratuais;
- c) **Decidir** acerca das questões que se apresentarem, durante a execução dos serviços.
- d) **Atestar**, faturas correspondentes à prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. A despesa contratada correrá por conta da classificação orçamentária, abaixo descrita:

5/2015: 22.22022.1.31.1.2.112.0. 3.3.90.39 – Aplicações Diretas.

5/2015: 22.22022.1.31.1.2.112.0. 3.3.90.30 – Aplicações Diretas.

6/2015: 22.22022.1.31.1.2.112.0. 4.4.90.52 – Aplicações Diretas.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O objeto do presente edital deverá ser executado dentro dos prazos pré-estabelecidos no item 6 do Termo de Referência (Anexo I do Edital de Licitação).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO LOCAL DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os materiais/equipamentos, objeto deste edital, deverão ser entregues no Edifício-Sede da Câmara de Vereadores de Itajaí/SC, sito a Av. Ver. Abrahão João Francisco, n.º 3825 – Bairro Ressacada, Setor Almoxarifado.

7.2. A execução dos serviços, objeto deste edital, deverão ser executados no endereço indicado no subitem anterior na sala da Diretoria de Informática.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO

8.1. Os materiais, equipamentos e serviços serão recebidos:

8.1.1. Provisoriamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal 8.666/93;

8.1.2. Definitivamente, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea “b”, da Lei Federal 8.666/93.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 8.2. É ressalvado à Câmara de Vereadores de Itajaí o não recebimento dos materiais, equipamentos e serviços, se estes não estiverem dentro das especificações exigidas na licitação conforme especificações no Pregão Presencial n.º 6/2015, em especial o seu Anexo I – Termo de Referência.
- 8.3. A assinatura do canhoto da nota fiscal ou protocolo em outros documentos indica tão somente o recebimento da mesma pela Câmara de Vereadores de Itajaí, sendo sua confirmação definitiva condicionada a conferência dos dados relacionado na nota fiscal, relatórios ou outros documentos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento do objeto da presente licitação será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento definitivo, mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura correspondente, sendo procedida através de Ordem Bancária para conta da Contratada na instituição financeira que ela indicar; por boleto ou cheque nominal à empresa CONTRATADA.
- 9.2. Acompanhará a Nota Fiscal o relatório da prestação contratual havida, no mês a que se referir.
- 9.3. O representante da Contratante, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, a cada mês analisará o exato cumprimento das obrigações da Contratada no período, atestando a execução dos serviços e encaminhando a correspondente nota fiscal à Secretaria de Administração e Finanças, com o devido aceite e recebimento.
- 9.4. A atestação da fatura correspondente à entrega dos materiais, equipamentos ou prestação do serviço caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.
- 9.5. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização do documento fiscal.
- 9.6. Caso não haja expediente na Câmara de Vereadores de Itajaí no dia do vencimento da Nota Fiscal/Fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.
- 9.7. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Câmara de Vereadores de Itajaí, entre a data acima referida a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento/execução será calculada de acordo com variação *pro rata tempore* do IGP-M/FGV, ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.
- 9.8. A compensação financeira prevista na condição mencionada no item 9.7 será cobrada em Nota Fiscal/Fatura após a ocorrência

CLÁUSULA DÉCIMA – DO AMPARO LEGAL

- 10.1. A lavratura do presente contrato decorre da realização do Pregão Presencial nº 06/2015, realizado com fundamento no artigo 1º da Lei nº 10.520/02.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 11.1. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n. 8.666/93 combinado com o inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.
- 11.2. Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte de qualquer dos itens ou condições do edital do Pregão Presencial 06/2015 e seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses itens ou condições e todos os outros, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.
- 11.3. A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar a CONTRATANTE ou a terceiros, por si, ou seus sucessores e representantes na execução do objeto deste edital, isentando a última de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo, e possibilitando o desconto nos valores se comprovado o dano.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à CONTRATANTE:

- 12.1.1. Quando necessário, permitir o livre acesso dos funcionários da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para a entrega dos serviços referentes ao Pregão Presencial 06/2015.
- 12.1.2. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste instrumento, bem como as condições e especificações descritas no Edital do Pregão Presencial nº 06/2015 e seus anexos.
- 12.1.3. Conferir, vistoriar, auditar e aprovar os serviços executados pela CONTRATADA.
- 12.1.4. Rejeitar os materiais e serviços entregues equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pela CONTRATANTE ou com as especificações constantes do Edital do Pregão Presencial nº 06/2015, em particular, de seu Anexo I.
- 12.1.5. Solicitar que sejam reparados os serviços que não atenderem às especificações constantes do Anexo I do Pregão Presencial nº 06/2015.
- 12.1.6. Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a tutelar o interesse público.
- 12.1.7. Efetuar o pagamento conforme estipulado na cláusula nona do presente instrumento.
- 12.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos Serviços, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 12.1.9. Rejeitar os Serviços em desacordo com as orientações passadas pela CONTRATANTE ou com as especificações constantes do Edital do Pregão Presencial nº 06/2015, em particular, de seu Anexo I.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

13.1. Caberá à CONTRATADA:

- 13.1.1. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato, tais como:
- a) salários;
 - b) seguro de acidentes;
 - c) taxas, impostos e contribuições;
 - d) indenizações;
 - e) vales-refeição;
 - f) vales-transporte; e
 - g) outras que por ventura já existam ou venham a ser criadas pelo Governo;
- 13.1.2. Responder, ainda, pelos danos causados diretamente à Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo em decorrência da entrega dos Serviços, em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.
- 13.1.3. Manter os seus técnicos e funcionários sujeitos às normas disciplinares da CONTRATANTE, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão.
- 13.1.4. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE.
- 13.1.5. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos no recinto da CONTRATANTE.
- 13.1.6. Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da CONTRATANTE, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnico e funcionários durante a execução deste Contrato.
- 13.1.7. Responsabilizar-se por todo transporte necessário à retirada e entrega dos equipamentos necessários à execução dos Serviços, bem como por ensaios, testes ou provas necessárias, inclusive os mal executados.
- 13.1.8. Comunicar ao Fiscal do Contrato qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 13.1.9. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos Serviços, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos.
- 13.1.10. Inteirar-se, junto à CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do Contrato, dos detalhes de entrada e saída, na área de prestação de serviços, de seu pessoal, veículos, equipamentos, materiais e demais pertences de sua propriedade, adotando as medidas de segurança exigidas.
- 13.1.11. Cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho.
- 13.1.12. Manter, durante toda a execução do objeto do contrato em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão Presencial nº 06/2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

14.1. À CONTRATADA caberá assumir:

- 14.1.1. Responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- 14.1.2. Todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cível ou penal, relacionada à execução do objeto contratado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- 14.1.3. A responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Pregão Presencial nº 06/2015.
- 14.1.4. A inadimplência da contratada com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do objeto contratado, não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Pregão Presencial nº 06/2015, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva para com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

- 15.1. É expressamente proibida, por parte da CONTRATADA, durante a execução do objeto contratado, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE.
- 15.2. A CONTRATADA fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto do Pregão Presencial nº 06/2015, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.
- 15.3. A CONTRATADA fica proibida de transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- 16.1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

- 17.1. No interesse da CONTRATANTE o objeto do Pregão Presencial nº 06/2015 poderá ser aumentado ou suprimido, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme disposto no artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93.
- 17.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os aumentos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado da nota de empenho.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



17.2.1. As supressões resultantes de acordo celebradas entre os contratantes poderão ser maiores do que o disposto nesta condição, desde que resultantes de acordos celebrados entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PENALIDADES

18.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Pregão Presencial nº 06/2015, a Administração da CVI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta ou Indireta de Itajaí, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

18.3. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nas condições desta Cláusula:

18.3.1. Pela recusa injustificada de assinar o contrato;

18.3.2. Pela não prestação dos Serviços de acordo com as especificações técnicas constantes do Pregão Presencial nº 06/2015 e da proposta da CONTRATADA, dentro do prazo proposto;

18.3.3. Pelo descumprimento de alguma das condições e dos prazos estipulados no Pregão Presencial nº 06/2015, na proposta e no cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA.

18.4. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

18.5. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Câmara de Vereadores de Itajaí e, no que couber, às demais penalidade referida no Capítulo IV da Lei 8.666/93.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



- 18.6. As sanções de advertência, impedimento de contratar com a Administração Pública e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 18.7. A prestação dos Serviços em desconformidade com as especificações solicitadas e que forem advertidas e não sendo devidamente regularizadas no prazo de 05 (cinco) dias, ocasionarão a incidência de multa.
- 18.8. O retrabalho decorrente da má execução ou inobservância das especificações expressa é de responsabilidade da CONTRATADA, sendo executado às suas expensas, sem que isto isente a empresa das mesmas penalidades.
- 18.9. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO

- 19.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.
- 19.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 19.3. A rescisão do contrato poderá ser:
- 19.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;
- 19.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no Pregão Presencial nº 06/2015, desde que haja conveniência para a Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí;
- 19.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 19.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL

- 20.1. Este contrato fica vinculado aos termos do Pregão Presencial nº 06/2015, cuja realização decorre da autorização do Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

- 21.1. Observado o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, tal contrato será reajustado pelo índice IGP-M (FGV) acumulado no período ou outro índice que vier a substituí-lo.
- 21.2. Na hipótese de prorrogação do presente contrato o reajustamento acima previsto será devido a cada período de 12 (doze) meses.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual no Foro da Comarca de Itajaí,

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Itajaí (SC), de de 2015.

Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí
CONTRATANTE

Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: 1) _____

2) _____